



## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE GABINETE DO SECRETÁRIO

São Paulo, 28 de julho de 2017.

Ofício G. S. nº 4.261 /2017

Proc. SIALE nº 827/2017

Prezado Senhor,

Confirmo o recebimento da Mensagem Eletrônica (Processo ATL No 2178/2017), que encaminhou, para manifestação desta Secretaria de Estado da Saúde, a Indicação Parlamentar nº 2178 de 2017, de autoria da Deputada Clélia Gomes, solicitando ao Excelentíssimo Senhor Governador, a liberação de recursos destinados à castração de no município de Parisi.

Sobre o assunto, após consultar os órgãos técnicos competentes desta Pasta, esclareço que:

1. É **competência legal dos municípios brasileiros o controle de animais em sua área de circunscrição**, como é o caso de registro, captura ou apreensão e eliminação de animais, que representem riscos à saúde humana.
2. À Secretaria de Estado da Saúde cabe a **fiscalização sobre as condições sanitárias das instalações destinadas à criação**, à manutenção e à reprodução de animais, conforme o **Código Sanitário Estadual, Lei 10.083/1998**, bem como a **Portaria CVS 01 de 24 de março de 2007**, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (SEVISA) e define o Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária (CEVS).
3. Por sua vez, o **Decreto nº 55.373, de 28 de janeiro de 2010**, que institui o Programa Estadual de Identificação e Controle da População de Cães e Gatos, autoriza a **Secretaria do Meio Ambiente a celebrar convênios com os Municípios visando à implementação do referido Programa**.

Dessa maneira, esta Pasta sugere que o presente Projeto de Lei seja encaminhado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que poderá dar parecer mais preciso sobre o tema.

Na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

(original assinado)

**DAVID EVERSON UIP**

Secretário de Estado da Saúde

Ao

Excelentíssimo Senhor

**MÁRIO SÉRGIO MATSUMOTO**

DD. Subsecretário de Assuntos Parlamentares.

KP/.